



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
COROMANDEL
ADMINISTRAÇÃO 2025/2028**

**INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO- JUSTIFICATIVA E
AUTORIZAÇÃO DO PREFEITO**

Processo Administrativo nº 017/2025

Órgão ou Unidade Proponente: Prefeitura Municipal de Coromandel

OSC: Conselho Comunitário de Segurança de Coromandel/CONSEP - CNPJ nº 03.170.267/0001-15

Instrumento: Termo de Fomento

Objeto: Custeio de despesas referentes à manutenção e reparos (gerais e equipamentos) da frota de veículos da Polícia Militar de Coromandel.

Valor estimado: R\$31.506,00 (trinta e um mil, quinhentos e seis reais) – Lei Municipal nº 5.121 de 07 de Maio de 2025, bem como das Emendas Impositivas do Legislativo Municipal para cumprimento no exercício de 2025.

1. RELATÓRIO

Propõe-se a celebração de parceria com o Conselho Comunitário de Segurança de Coromandel/CONSEP, para execução do objeto acima identificado, em consonância com PPA, LDO e LOA e com a política pública de incentivo a segurança pública. A transferência está autorizada em lei específica, Lei Municipal nº 5.121 de 07 de Maio de 2025, bem como das Emendas Impositivas do Legislativo Municipal para cumprimento no exercício de 2025, que identifica expressamente a entidade beneficiária, hipótese de inexigibilidade de chamamento público.

2. ENQUADRAMENTO LEGAL

Lei Federal nº 13.019/2014, art. 31, II: será inexigível o chamamento público se a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, observado o art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
COROMANDEL
ADMINISTRAÇÃO 2025/2028**

Lei Federal nº 13.019/2014, art. 32, caput e § 1º: nas hipóteses dos arts. 30 e 31 a ausência de chamamento público será justificada pelo administrador público. Sob pena de nulidade do ato de formalização, o extrato da justificativa deverá ser publicado na mesma data em que for efetivado.

Decreto Municipal nº 194/2021, art. 17, II: considera-se inexigível o chamamento público quando houver autorização em lei que identifique expressamente a entidade beneficiária.

3. JUSTIFICATIVA DO ADMINISTRADOR

CONSIDERANDO que o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, Lei nº 13.019/2014, disciplina parcerias em mútua cooperação, com ou sem transferência de recursos, para finalidades de interesse público e recíproco, mediante termo de fomento, termo de colaboração ou acordo de cooperação;

CONSIDERANDO que o art. 31, II, da Lei nº 13.019/2014 torna inexigível o chamamento quando a parceria decorre de lei autorizativa que identifica a entidade beneficiária;

CONSIDERANDO que, no âmbito municipal, o Decreto nº 194/2021, art. 17, II, reproduz a hipótese de inexigibilidade e o art. 18 exige justificativa, publicação do extrato na mesma data e prevê impugnação;

CONSIDERANDO a Lei Municipal mencionada no caput, que autoriza a transferência de recursos ao Conselho Comunitário de Segurança de Coromandel/CONSEP, para a finalidade proposta no Plano de Trabalho contendo metas, indicadores e cronograma físico-financeiro;

CONSIDERANDO a vantagem pública e a aderência do objeto apresentado às diretrizes da política pública aplicável, a compatibilidade orçamentária na ação e elemento e a capacidade de execução da OSC, conforme documentação juntada;

JUSTIFICO a inexigibilidade de chamamento público e proponho a formalização da parceria com o Conselho Comunitário de Segurança de Coromandel/CONSEP.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
COROMANDEL
ADMINISTRAÇÃO 2025/2028**

4. AUTORIZAÇÃO DO PREFEITO

Portanto, **AUTORIZO** a abertura do processo administrativo no âmbito da Lei nº 13.019/2014 e **RECONHEÇO** a **INEXIGIBILIDADE** do chamamento público, nos termos da Lei nº 13.019/2014, art. 31, II, e do Decreto Municipal nº 194/2021, art. 17 e art. 18. Na oportunidade, **APROVO** o Plano de Trabalho apresentado, condicionando a continuidade à confirmação de previsão orçamentária e disponibilidade financeira, à emissão de parecer jurídico e à observância da ordem documental municipal aplicável.

DETERMINO a publicação, na mesma data, do extrato desta justificativa e deste ato e a franquia de impugnação em cinco dias ao Setor de Planejamento.

Coromandel/MG, 19 de Maio de 2025.

Fernando Breno Valadares Vieira
Prefeito Municipal



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
COROMANDEL
ADMINISTRAÇÃO 2025/2028**

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO. **Processo 017/2025.** Inexigibilidade de Chamamento Público. Fundamentação: Lei nº 13.019/2014, art. 31, II, e Decreto Municipal nº 194/2021, arts. 17 e 18. OSC: Conselho Comunitário de Segurança de Coromandel/CONSEP - CNPJ nº 03.170.267/0001-15. Objeto: Custeio de despesas referentes à manutenção e reparos (gerais e equipamentos) da frota de veículos da Polícia Militar de Coromandel. Valor: R\$31.506,00. Impugnação: cinco dias, Setor de Planejamento.